

Estados contemplados são os seguintes: Amazonas, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Sul, Rondônia, Acre, Amapá, Distrito Federal e Rio de Janeiro; d) Levantamento do Déficit de Vagas no Brasil: através de diversos expedientes escritos e verbais foi possível concluir referido levantamento, o qual foi inserido nas pastas daquela reunião; e) Trabalhos em andamento: 1º) Arquitetura Penal, publicação em fase de conclusão; f) Levantamento da frota de carros nos Estados: objetiva-se com esta providência a possibilidade de se adquirir as viaturas necessárias, pelo Ministério; g) Seminários: aguardando orientação do Conselho para organizar-se os seminários relativos à Lei de Execução Penal; h) Conclusão: Informou o Diretor-Geral do DEPEN ao finalizar seu relatório que seria necessário a criação de uma Equipe Técnica que venha assistir e supervisionar o planejamento, o acompanhamento e o controle dos projetos estaduais, tendo em vista a meta ministerial que é a de construir um estabelecimento penal em cada Estado da Federação. Informou, finalmente, que através das entidades constantes das alíneas b e c, conseguiu elevar a dotação do Departamento de 100 milhões para 1 bilhão e 200 mil cruzados. IV- Avaliação - Pelo Presidente foram acolhidas as sugestões sugeridas nos relatos ora mencionados, oportunidade em que ressaltou a importância do CNPCP no momento nacional, tendo em vista o contínuo recrudescimento da violência, que poderá ser atenuada, mediante o roteiro prioritário do trabalho a ser adotado. Como ponto básico de atuação, ficou definido a conclusão das reuniões regionais descentralizadas, bem como a regulamentação da Lei de Execução Penal, que, acoplada aos objetivos do DEPEN, levem as diversas regiões do País a um desejável desempenho. Ficou definido ainda que o exame das sugestões à Parte Especial do Código Penal, serão apreciadas após a aprovação do Texto Constitucional. E quanto ao Anteprojeto de Código de Processo Penal em tramitação no Senado Federal, será levantada a documentação pertinente naquela Casa Legislativa, para exame e providências afins. Outro tópico abordado pelo Presidente, refere-se a que os Conselheiros participem de todas as sessões fixadas em Calendário para o corrente exercício. V- Lei de Defesa do Estado Democrático - Pelo Conselho ainda mereceu revisão final o texto do anteprojeto a ser encaminhado pelo Ministro BROSSARD, à Presidência da República. Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerrou a sessão. Mereceu a aprovação, a presente ata será assinada pelo Presidente e por mim Secretário.

EDUARDO AUGUSTO MUYLAERT ANTUNES  
Presidente

LUCINDA LEMOS DOS SANTOS ROCHA  
Secretária-Executiva

#### ATA DA 115ª REUNIÃO (25.01.88) TARDE

As 15:00 do dia 25 de janeiro de 1988, reuniu-se o CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA, na Sala Nº 302 do Edifício-Sede do Ministério da Justiça. Conselheiros presentes: EDUARDO AUGUSTO MUYLAERT ANTUNES - Conselheiro Presidente; ELIZABETH DA CUNHA SUSSEKIND, EDMUNDO ALBERTO BRANCO DE OLIVEIRA, MIGUEL FREDERICO DO ESPIRITO SANTO, NILZARDO CARNEIRO LEÃO, ROGERIO LAURIA TUCCI, RUY DA COSTA ANTUNES e SÉRGIO MARGOS DE MORAES PITOMBO. Ausências justificadas: Conselheiros ANTONIO EVARISTO DE MORAES FILHO, ELIOAR GUAZELLI, JOSÉ ARTHUR ALVES DA CRUZ RIOS, JOÃO BENEDITO AZEVEDO MARQUES e RENÉ ARIEL DOTTI. I- Processos e expedientes apreciados: Pelo Conselheiro ROGERIO LAURIA TUCCI, foram relatados os seguintes assuntos: a) Natureza Jurídica da visita íntima "(Interpretação dos artigos 41, inciso X, e parágrafo único, 122, inciso I, 123 e 125, da L.E.P.) - Dúvida inexistente acerca de que o fato da condenação não pode acarretar para o sentenciado a impossibilidade de contato com o mundo exterior, especialmente no tocante ao relacionamento com seus familiares e amigos. Por isso que a Lei de Execução Penal (n. 7.210, de 11 de julho de 1984) - alinhada às Regras Mínimas da ONU, no sentido de manterem-se e melhorarem-se as boas relações do preso e sua família, sempre que se mostrarem convenientes (n. 79), e de permitirem-se visitas de familiares e amigos, periodicamente que seja, e mediante a indispensável vigilância (n. 37), - estatui, no artigo 41, inciso X, verbis: "Constituem direitos do preso: ... X- visita do cônjuge, da companheira e de amigos em dias determinados". Analisando-o, importa verificar se a expressão legal desse especificado direito se faz abrangente, ou não, da denominada visita íntima, qual seja a conjugal e, mais extensivamente, a sexual. E isso, porque não se pode desconhecer a grave problemática que os estabelecimentos penais enfrentam tocante mente à abstinência sexual dos presos, geradora, não só de danos físicos e lógicos pessoais, como de desvios propiciados da larga prática de homossexualismo e, sobretudo, numa decorrência lógica dessas duas constatações, de conturbações, às vezes inagastáveis, insuperáveis, na vida prisional. É que, ao argumento básico de que a privação da liberdade, determinada em sentença condenatória não acarreta a ("autêntica") pena acessória de castidade, propugnam autorizados cultores do Direito Penitenciário pela regulamentação de saída e/ou de visita íntima, de sorte a evitarem-se todos esses males resultantes da forçada abstenção do ato culminante do amor ou do prazer lascivo. Com eles, algumas legislações mais avançadas já a contemplam, e.g., da Argentina, Chile, Espanha, Estados Unidos, México, Nicarágua, Venezuela (em que, segundo MYRIA LINARES ALEMAN, *El sistema penitenciário venezolano*, Caracas, 1977, pág. 198, se permite, em alguns presídios, aliás com insólitos resultados, até a visita de prostitutas...). Todavia, cumpre, aqui e agora, analisar o dispositivo legal de nossa legislação específica, que, a par da visita (sem qualquer adjetivação), cuida, no Capítulo I do Título V [referentemente à execução das penas privativas de liberdade], em sua Seção III, das autorizações de saída, e, especificamente, na Subseção II, da saída temporária. Nesta, expressam os artigos 122, inciso I [circunscrito à visita à família], e 123, respectivamente, que: "Os condenados que cumprem pena em regime semi-aberto poderão obter autorização para saída temporária do estabelecimento, sem vigilância direta, nos seguintes casos: I- visita à família"; e "A autorização será concedida por ato motivado do juiz da execução, ouvidos o Ministério Público e a administração penitenciária, e dependerá dos seguintes requisitos: I- comportamento adequado; II- cumprimento mínimo de um sexto da pena, se o condenado for primário, e um quarto, se reincidente; III- compatibilidade do benefício com os objetivos da pena". Isso significa, à evidência, que essa autêntica regalia, no cumprimento da pena privativa de liberdade, constitui benefício resultante da concorrência de requisitos verificáveis na sua progressão. E, do mesmo modo, segundo entendo - dada a exigibilidade de interpretação

sistemática do Diploma Legal examinado, - faz-se imprescindível a convergência de várias circunstâncias (e.g., as estatuídas no artigo 123, incisos I e III) para a concessão, ao condenado, do benefício da visita íntima. Até porque sempre se afinou com o outro, no moderno tratamento legislativo da matéria. Com efeito, por não ser a visita íntima enquadrada vel na previsão do artigo 41, inciso X, da Lei de Execução Penal (que regulamenta, apenas, como direito do preso, a visita singular, isto é, a simples aproximação periódica das pessoas no dispositivo enumeradas), de ve corresponder, igualmente, a vantagem insita à progressão no cumprimento da pena privativa de liberdade, e, portanto, objeto de autorização do Juiz competente, a teor do artigo 66, inciso III, letra b. Consequentemente, aliás, uma vez concedido, o benefício passa a configurar direito adquirido, que, por isso, não poderá ser revogado ex abrupto, mas, tão-só, motivadamente, ou seja, se "o condenado praticar fato definido como crime doloso, for punido por falta grave, ou desatender as condições impostas na autorização" (cf. artigo 125). Acrescente-se que, mesmo assim, haverá lugar para a sua recuperação, já agora de acordo com o disposto no parágrafo único do apontado artigo 125, especificamente em decorrência de "absolvição no processo penal, de cancelamento da punição disciplinar ou da demonstração de merecimento do condenado". E complementando-se, outrossim, com o alvitre de que, inobstante o exposto, nada impede seja o benefício da visita íntima concedido informalmente, e a título precário, pelo Diretor do estabelecimento prisional em que recolhido o condenado, sobretudo ante a verificação do seu comportamento e de dados outros, determinantes de uma premiação (aliás, revogável, pelas peculiaridades ostentadas, em qualquer tempo, e independentemente de motivação, cf. parágrafo único do artigo 41, a contrario sensu). Esse o meu parecer, determinado pela autorização do Excelentíssimo Senhor Presidente, e submetido, com o respeito de sempre, à douta apreciação dos eminentes Senhores Conselheiros". Decisão-CNPCP: Vista da matéria ao Conselheiro RUY DA COSTA ANTUNES. b) Ofícios Nºs 009, 10, 131, 537/87, e S/M: e data de 25.05.87 - Assunto: preparação de pessoal penitenciário e a regulamentação da categoria funcional do Agente Penitenciário, bem como à elevação dos respectivos salários - VOTO: "Feito esse breve relatório, não se pode fugir a que mencionadas pretensões fazem por merecer acolhida das autoridades às quais conferidas atribuições para examiná-las. Realmente, são óbvios os motivos pelos quais o Agente de Segurança Penitenciária necessita da identificação funcional e, igualmente, ainda que preso provisoriamente, não devem ser segregados juntamente com outros, condenados ou não, e muitas vezes há tempo longo, abrangente da época em que aquele trabalhava em estabelecimento prisional. No derradeiro passo, aliás, socorre, amplamente, a solicitação manifestada o teor do artigo 84, e de seu § 2º, da Lei de Execução Penal, que versa (ao contrário do alvitrado por JÚLIO FABRINI MIRABETE, *Execução Penal*, São Paulo, 1987, pág. 243, n. 4.7), explicitamente, sobre o preso provisório: só se aperfeiçoará a exegese dos textos do caput e do aludido parágrafo, conciliando-se os respectivos enunciados no sentido de que o dispositivo contempla o "preso provisório", a quem conferido o direito de "ficar em dependência separada". Por outro lado, reclama-se há muito, a sociedade brasileira, melhor repartição da riqueza, concedendo-se ao trabalhador, qualquer que seja, salário decente. É isso, evidente e especialmente, com os acréscimos decorrentes da insalubridade e da perigosidade da sua atuação laborial. Via de consequência, afiguram-se, por igual, justas as aspirações de unificação, a nível nacional, da carreira de Agente de Segurança Penitenciária e de seu enquadramento na referida Lei Complementar n. 51, de 1985. No primeiro enfoque, bem é de ver a indispensabilidade de unitariedade da preparação técnica, bem como do aperfeiçoamento do senso humanístico dos agentes em carregados da segurança dos presídios, em todo o território nacional. E essa, na realidade, é incumbência primordialmente tocante a este Egrégio Conselho, através de cursos adequados e especializados, cada vez mais intensos e difundidos no País (cf. artigos 64, inciso V, e 77, § 1º, da Lei de Execução Penal). Já agora quanto ao último, os pareceres parcialmente transcritos no ofício (sem data e número) protocolizado em 25 de março de 1987, sob n. 6.123, no Palácio dos Bandeirantes do Governo do Estado de São Paulo, mostram-se exaustivos na apreciação da matéria, reforçando a pretensão de enquadramento que constitui seu objetivo. Por tudo isso, a que se fazem despendidas quaisquer adições, entendo, com cessa venia, com a única restrição da desnecessidade de presídio especial para um dos fins colimados, deverem ser referendadas as cinco reivindicações supra enumeradas e analisadas, sob a forma de aprovação deste parecer, cuja cópia deverá ser remetida não só às Associações Subcritoras dos ofícios, como, também, às excelentíssimas Autoridades a que dirigidos. E como voto, submetendo as conclusões à douta consideração dos eminentes Senhores Conselheiros". Decisão-CNPCP: Aprovado o parecer à unanimidade e acolhida a sugestão do Conselheiro MIGUEL FREDERICO DO ESPIRITO SANTO, no sentido de que a matéria retorne à pauta com o próprio relator que a oportunidade se incumbiu de elaborar um anteprojeto de lei orgânica do Agente Penitenciário. c) Ofício S/M, de 12.09.87 - Assunto: Sugere a preparação de Pessoal Penitenciário. VOTO: Idêntico ao exposto. Sugere a preparação de Pessoal Penitenciário. VOTO: Idêntico ao exposto. d) Ofício DEPEN, de 25.05.87 - Assunto: transferência de preso de Estado a Estado - VOTO: diligência ao DEPEN no sentido de anexar ao expediente, instruções relativas às solicitações constantes do mesmo. Decisão-CNPCP: pela aprovação unânime. e) Processo-MJ-Nº 01004/87 - Assunto: Sugestões pertinentes a projetos de lei sobre concessão de atestados de boa conduta a ex-condenados, e, se gregação de detentos dentro da comunidade penitenciária - VOTO: "Em que pese a intenção com que elaborados, e como fácil de verificar, os projetos de lei em referência versam sobre matéria já regulada pela legislação nacional em vigor, ou são, data venia, de manifesta inviabilidade. X demais, o próprio solicitante informa que já foram encaminhados ao Congresso Nacional e a Governadores de Estados de nossa República Federativa. E, como nada possa ou deva ser feito para o aperfeiçoamento técnico de qualquer deles, voto no sentido do arquivamento do expediente, comunicando-se a deliberação ao interessado". f) Ofício/DIC/DEPEN-Nº 1902/87

Assunto: Análise do Relatório pertinente à Administração da Justiça nas Comarcas de Manaus, Tefé e Parintins/AM. VOTO: "São, realmente, tais irregularidades, graves e inaceitáveis, qualquer o ângulo visualizado e como verificável à primeira vista, de sorte a tornarem imperiosas e urgentes providências correccionais. Estas, todavia, são de atribuição exclusiva da Corregedoria Geral do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, motivo pelo qual a seu respeito este Egrégio Conselho nada tem a declarar. Mesmo assim, aliás, nada obsta a que seja tomada a providência de levar ao conhecimento do Excelentíssimo Senhor Desembargador Corregedor Geral do apontado Sodalício o teor do Relatório ora analisado, em